



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**

**7-Procedimento Ordinário(Procedimento de Conhecimento)**

**0000230-20.2014.8.17.0740**



**Assuntos: Acidente de Trânsito > DPVAT**

**Tramitação Preferencial 1**

☐ SIM  
☒ NÃO

**Tramitação Preferencial 2**

☐ SIM  
☒ NÃO

**Gratuidade Judiciária**

☒ SIM CF, Art. 5º  
☐ NÃO Inciso LXXIV

**Nº do Processo**  
**0000230-20.2014.8.17.0740**

**PROCESSO DO 1º GRAU**  
**Volume                      Apenso**

**Data Autuação**  
**05/05/2014 15:49**

**Data: 05/05/2014 15:58**  
**Classe originária:**

**DISTRIBUIÇÃO**  
**Tipo: Distribuição - Sorteio Automático**

**ÓRGÃO JULGADOR**

**Comarca: Ipubi**  
**Vara: Vara Única da Comarca de Ipubi**

**PARTES**

**Requerente : DENIS MENDES DE SOUZA**  
**Adv : MARCOS ANTONIO INACIO DA SILVA**  
**Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S/A**

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE IPUBI-PE.

DENIS MENDES DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, inscrito no CPF sob o nº. 112.772.754-08, residente e domiciliado na Rua Ailton Senna, 105, Centro, Serrolândia, município de Ipubi/PE, CEP: 56.260-000, vem à presença de V. Exa., por seu advogado, com escritório profissional localizado na Rua Francisca Moura, nº. 548, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP: 58.013-441, Tel. (83) 3044-1000, onde recebem intimações e correspondências, vem à presença de V. Exa., propor

**AÇÃO DE COBRANÇA – DIFERENÇAS –  
(SEGURO DPVAT)**

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, com sede na Rua Senador Dantas ,74, 5º andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 09.248.608/0001-04, e o faz consubstanciado nas seguintes razões:

**1. DOS FATOS.**

No dia **17.07.2011**, o autor sofreu um acidente de trânsito, *conforme Boletim de Ocorrência em anexo.*

Sofrendo, em razão do sinistro, **fratura do fêmur proximal esquerdo**, ficando assim com seqüelas irreparáveis, segundo relatório médico emitido pelo traumatologista e ortopedista Dr. João Bosco de Mendonça e Silva e demais documentação probatória acostada aos autos.

Ocorreu que, em **13/06/2013**, foi pago ao autor a título de seguro DPVAT apenas a quantia de **R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, quando deveria ter sido paga a quantia de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Isto quer dizer que na análise de deformidade e/ou incapacidade apresentada pelo segurado, devem ser analisada as suas condições pessoais, sua escolaridade, profissão, idade, enfim, analisar o aspecto sócio-cultural em que se encontra inserido o mesmo, a fim de avaliar e aquela incapacidade parcial pode ser considerada total à luz desses elementos.

A não observância dessa realidade que visita cada caso em concreto, pode resultar até mesmo no ferimento ao princípio constitucional da dignidade de pessoa humana, pois sendo o seguro DPVAT uma espécie de seguro social, cuja aplicabilidade deve ser voltada à máxima amenização dos resultados nefasto ocasionados pelos sinistros de trânsito.

## **2. DO DIREITO.**

### **2.1 SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. DIREITO À INDENIZAÇÃO.**

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito já se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92 e Lei 11.482/2007. A partir da Lei 11.945/2009, passou-se a utilizar a tabela contida em seu anexo para quantificar o valor da indenização devida, conforme o grau de invalidez apresentado. Contudo, isto não retira do julgador a possibilidade de interpretar o laudo, de modo que uma suposta incapacidade parcial pode ser considerada como total.

Portanto, tem o autor o direito ao recebimento da diferença entre a quantia paga e o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em razão da debilidade apresentada, acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

### **2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA TABELA MÓRBIDA (ANEXO À LEI 11.945/2009).**

A partir dos acidentes ocorridos em 16/12/2008, está em vigor a tabela constante no anexo à Lei 11.945/2009, que dispõe acerca do percentual da invalidez apresentada pela pessoa vitimada. Conforme a sequela apresentada, o valor da indenização pode chegar a até R\$ 13.500,00. Contudo, isto não retira do julgador a possibilidade de interpretar o laudo, de modo que uma suposta incapacidade parcial pode ser considerada como total.

Tal dispositivo tem sido alvo de diversas críticas, o que vem rendendo a sua não aplicação por alguns juízes. Porém, como se trata de lei formal e plenamente em vigor, devemos reconhecer a sua aplicação como válida.

Contudo, embora instituída por lei, a mencionada tabela não pode ser aplicada ao pé da letra, ou seja, de forma fria rigorosa, sem a observância das nuances de cada caso concreto.

Isto quer dizer que na análise de deformidade e/ou incapacidade apresentada pelo segurado, devem ser analisada as suas condições pessoais, sua escolaridade, profissão, idade, enfim, analisar o aspecto sócio-cultural em que se encontra inserido o mesmo, a fim de avaliar e aquela incapacidade parcial pode ser considerada total à luz desses elementos.

A não observância dessa realidade que visita cada caso em concreto, pode resultar até mesmo no ferimento ao princípio constitucional da dignidade de pessoa humana, pois sendo o seguro DPVAT uma espécie de seguro social, a sua aplicabilidade deve ser voltada à máxima amenização dos resultados nefasto ocasionados pelos sinistros de trânsito.

Portanto, a investigação da incapacidade apresentada pela vítima de acidente não pode ser analisada unicamente sob a ótica da tabela em questão, mas sim levando em considerações o panorama social no qual se encontra inserido o mesmo.

No caso em tela, diante da **situação sócio-cultural** em que está inserida a parte demandante e **pela incapacidade** apresentada pela mesma, forçoso se faz reconhecer a sua incapacidade total.

Sendo assim, calha a aplicação, aqui, do disposto no art. 436 do CPC, para que se reconheça a incapacidade parcial do demandante como sendo total:

*Art. 436. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.*

Portanto, requer a V. Exa. que se digne em considerar a situação fática do demandante (idade, escolaridade, profissão), a fim de aplicar o percentual de invalidez total ou mais favorável ao mesmo, **condenando o banco demandado no pagamento da diferença entre o valor pago de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) e o valor devido de R\$ 13.500,00.**

### 3. PEDIDOS.

PELO EXPOSTO, requer a V. Exa.:

a) citar a ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

b) a produção de **prova pericial**, a fim de constatar a debilidade permanente ocasionada em razão do acidente de trânsito aqui narrado, bem como a juntada de novos documentos e depoimento de testemunhas;

c) condenar a ré ao pagamento da diferença entre o valor pago R\$ **2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)** e o valor integral do seguro DPVAT no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), **o que equivale a R\$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta)**, valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso;

d) a concessão dos benefícios da **GRATUIDADE JUDICIÁRIA**, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o autor condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;

e) a condenação da ré na verba honorária de sucumbência;

Dá-se à causa o valor de R\$ **11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Pede DEFERIMENTO.

Ipubi/PE, 23 de janeiro de 2014.

  
MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA  
OAB/PB 4007 – OAB/PE 573-A

06/08

**Quesitos:**

**1. Em caso de dano corporal total (repercussão na íntegra do patrimônio físico):**

a) Há perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores?

**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

b) Há perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés?

**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

c) Existe perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior?

**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

d) cegueira bilateral ou cegueira legal bilateral?

**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

e) Há lesões neurológicas que cursem com dano cognitivo-comportamental alienante; impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; perda completa do esfinteriano; comprometimento de função vital ou autonômica?

**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

f) Há lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais pélvicos, ou retroperitoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital?

**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

**2. Em caso de dano corporal segmentar (parcial) com repercussão em partes de membros superiores ou inferiores:**

a) Há perda anatômica e/ ou funcional completa de um dos membros superiores e/o de uma das mãos?

**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

b) Existe perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores?

**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

c) Há perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés?  
**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

d) Há perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedos do polegar?  
**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

e) Existe perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo?  
**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

f) Há perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão?  
**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

g) Existe perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé?  
**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

### 3. Em caso de dano corporal segmentar (parcial) com repercussão em órgãos e estruturas corporais:

a) Há perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho?  
**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

b) Existe perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral?  
**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)

c) Há perda integral (retirada cirúrgica) do baço?  
**Percentual da perda:** ( ) Total (100%) ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%)  
( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%)